



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
[NOME DA UNIDADE JUDICIÁRIA]

| | |
|---------------------|----------|
| Processo n.: | |
| Órgão Julgador: | |
| AUTOR: | |
| Advogado(s): | (OAB:BA) |
| REU: | |
| Advogado(s): | (OAB:BA) |

DECISÃO

Trata-se de ação de interdição movida por XXXXX, tendo como curatelanda XXXXX.

No ID XXXXX, encontra-se decisão de antecipação de tutela, haja vista terem sido observados os requisitos legais previstos para o seu deferimento.

Vencido o prazo de representação concedido à parte autora, em ID XXXXX verifica-se pedido de renovação da medida, porquanto, ainda em fase inicial.

Em ID XXXXX, contestação por intermédio da curadoria de ausentes arguindo necessidade de perícia feita por psiquiatra.

Decido.

Considerando a imprescindibilidade de representação da curatelanda e encontrando-se ainda em trâmite o presente processo, mostra-se necessária a renovação da curatela provisória da requerida, posto que íntegros os fundamentos consignados na decisão de ID:

Ante o exposto, **RENOVO até ulterior decisão**, em favor de XXXXX a curatela provisória da curatelanda XXXXX.

Em homenagem aos princípios da economia e da celeridade processual, dou a esta DECISÃO força de TERMO DE CURATELA PROVISÓRIA, até ulterior decisão, devendo a curadora nomeada, (XXXXX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX), firmar compromisso, subscrevendo cópia da presente.

A curadora provisória assume o encargo de zelar pelos bens e pela integridade física da curatelada XXXXX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, tendo poderes para receber e administrar pensão destinada à incapaz, estando, entretanto, impedida de alienar os seus bens.

Nesta oportunidade nomeio, com base no Sistema de Apoio a Perícias Judiciais publicado no Site do TJ/BA, como perito do Juízo o médico XXXXX, CREMEB XXXXX, que, aceitando o encargo, deverá realizar perícia em relação à curatelanda XXXXX, respondendo à seguinte quesitação:

1) possui a interditanda alguma espécie de deficiência psíquica?
Qual? Qual o CID?

2) Possui alguma espécie de deficiência física? Qual?

3) A(s) deficiência(s) e/ou psíquica(s) acarretam limitações ao pleno exercício da sua capacidade? De que espécie?

4) A deficiência é permanente ou transitória?

5) Sendo transitória, é possível estimar prazo? Qual?

6) A(s) deficiência(s) e/ou psíquica(s) acarretam impedimento ao exercício de sua capacidade? De que espécie?

7) Diante do quadro apurado, tem a interditanda a possibilidade de autogoverno e de exprimir adequadamente a sua vontade, bem como algum grau de compreensão? Em que limites?

8) Tendo possibilidade de autogoverno e de exprimir a sua vontade, há necessidade de apoio de terceiros? Em que limites?

9) É possível fixar prazo para a aplicação de medidas protetivas à curatela?

10) Há tratamento indicado? Qual?

11) Há sugestões outras? Quais?

Atendendo ao pedido da Defensoria Pública por meio da Curadoria de incapazes, segue quesitos a serem respondidos pelo médico psiquiatra.

1. O (a) examinando (a) tem impedimento ou deficiência de longo prazo? É física, mental, intelectual ou sensorial? Permanente ou transitório? Qual o CID correspondente?

2. Em caso afirmativo, o impedimento ou deficiência é capaz de obstruir a participação do (a) examinando (a) na sociedade de forma plena, segura e efetiva?

3. O impedimento ou deficiência gera incapacidade? De que tipo? Interfere na manifestação de vontade do (a) Examinando (a)? Em que momento a incapacidade se revelou?

4. Em face da deficiência o (a) Examinando (a) possui autonomia mental e/ou intelectual para exprimir sua vontade e realizar de forma válida escolha de pessoas para prestar-lhe apoio em tomada de decisão? (art.1.783 –A, Lei 13.146/2015 - TDA)

5. O (a) examinando (a) tem capacidade para realizar atos de natureza patrimonial e negocial?

6. O (a) examinando (a) pode exprimir precisamente a sua vontade no que diz respeito à administração de bens, gerenciamento de contas bancárias, realização de contratos de compra e venda, dentre outros, sem causar prejuízos ao seu eventual patrimônio e renda?

7. A deficiência ou impedimento do Examinando (a) possui que extensão? É hipótese de interdição com nomeação de Curador? Há limites a serem fixados?

8. O (a) Examinando (a) está em tratamento? Faz uso de medicação controlada? Há quanto tempo? O uso é transitório ou continuado?

9. A deficiência ou impedimento é suscetível de cura, superação ou redução? Há algum tratamento a ser recomendado?

10. Outras informações a critério do Senhor Perito.

Publique-se. Intimem-se

LOCAL, DATA

NOME DO(A) MAGISTRADO(A)

JUIZ(A) DE DIREITO